

As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: participação eleitoral e punição dos governos

Num artigo seminal sobre as eleições de 1979 para o Parlamento Europeu, Karlheinz Reif e Hermann Schmitt sugeriam que é possível fazer uma distinção entre tipos de eleições com base na importância que os eleitores lhes atribuem e que essa distinção tem implicações previsíveis relativamente aos tipos de continuidades e desvios dos padrões de comportamento eleitoral e de resultados globais que deverão ser observados (Reif e Schmitt, 1980). As eleições de «primeira ordem» são aquelas cujos resultados têm consequências directas na distribuição de cargos políticos a nível nacional e, por conseguinte, no controlo do aparelho governamental. Têm, portanto, muito mais relevo para os eleitores, especialmente quando são altamente competitivas e as diferenças políticas entre os principais adversários são claras e contrastantes (Schmitt, 2005). Pelo contrário, nas eleições de «segunda ordem» prevalece a ideia de que há menos em jogo, tal como sucede, por exemplo, nas eleições para o Parlamento Europeu, assim como em todas as outras que não servem para determinar quem irá controlar o executivo.

Esta diferença tem várias implicações. Em primeiro lugar, é menos provável que os cidadãos votem nas eleições de segunda ordem. Em segundo lugar, quando o fazem, o seu voto deverá reflectir preferências e preocupações que estão principalmente relacionadas com o cenário eleitoral nacional de primeira ordem. Por último, apesar disso, são esperadas várias diferenças sistemáticas entre o voto nas eleições de primeira e de segunda ordem. Em particular, as eleições de segunda ordem devem acarretar perdas para os

* Instituto de Estudios Sociales de Andalucía.

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

grandes partidos em comparação com as anteriores eleições de primeira ordem, especialmente para os partidos do governo e, sobretudo, quando as eleições se realizam na altura do ciclo eleitoral em que a popularidade do governo está mais baixa, ou seja, a meio do mandato. Isto ocorre por dois motivos principais. Por um lado, uma vez que, no caso das eleições de segunda ordem, não existem fortes incentivos para recorrer ao voto estratégico para a formação de um governo, os eleitores sentem-se mais livres para expressarem o seu apoio por um partido que esteja mais próximo das suas preferências, em vez de o fazerem por um dos grandes partidos. Em segundo lugar, os apoiantes dos partidos do governo, sabendo que o seu voto nestas eleições não tem consequências directas em termos de mudanças na composição partidária do executivo, sentem-se mais livres para utilizarem o seu voto para expressarem a sua insatisfação com o desempenho do governo. Estas implicações foram confirmadas numa série de estudos não só sobre as eleições para o Parlamento Europeu (Carruba e Timpone, 2005; Ferrara e Weshaupt, 2004; Marsh, 1998; Eijk e Franklin, 1996), mas também sobre as eleições locais, regionais e estaduais (Anderson e Ward, 1996; Freire, 2004; Jeffrey e Hough, 2001; McLean, Heath e Taylor, 1996).

No entanto, existem outros tipos de eleições que têm ficado de fora destes estudos, embora, à primeira vista, pareçam ser fortes candidatas a serem tratadas como eleições de segunda ordem: as eleições presidenciais em regimes semipresidenciais (Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Marsh, 2000; Brug, Eijk e Marsh, 2001). Seria certamente incorrecto dizer-se que o tipo de sistemas políticos em que essas eleições se realizam não tem merecido a atenção dos cientistas políticos. De facto, sob a designação de «semipresidencialismo», entre outros, os sistemas «mistos» em que os chefes de Estado são popularmente eleitos (como no presidencialismo) e coexistem com chefes de governo responsáveis perante o parlamento (como no parlamentarismo) foram exaustivamente debatidos na literatura sobre ciência política, especialmente desde que as transições democráticas na Europa de Leste produziram um número considerável de sistemas desse tipo (Baylis, 1996; Duverger, 1997). Esses debates têm girado à volta de duas questões principais: a definição conceptual desse tipo de sistema político e as suas implicações para a estabilidade, a representação e a responsabilização democráticas. No entanto, salvo muito poucas excepções, as eleições presidenciais em regimes semipresidenciais têm sido negligenciadas na literatura sobre o comportamento eleitoral.

É pena que assim seja. Por um lado, o debate sobre a definição de «semipresidencialismo» tem-se concentrado na questão de saber quais são os critérios a empregar. Para alguns, deveríamos lidar exclusivamente com as suas «propriedades disposicionais», definindo o semipresidencialismo como um sistema em que «um presidente popularmente eleito por um prazo fixo existe lado a lado com um primeiro-ministro e um executivo que são

responsáveis perante o parlamento» (Elgie, 1999, p. 13). Outros, contudo, têm insistido na inclusão das «propriedades relacionais» do regime, ou seja, o poder dos intervenientes políticos, em geral, e da presidência, em particular¹. No entanto, essa linha de estudos poderia certamente tirar proveito de uma investigação sobre eleições presidenciais em sistemas não presidenciais. Se for possível encontrar padrões comuns de mudança de comportamento de voto das eleições legislativas (de «primeira ordem») para as eleições presidenciais (de «segunda ordem») entre todos ou a maior parte dos sistemas semipresidenciais, definidos exclusivamente em termos das suas «propriedades disposicionais», essa definição ganharia em relevância e significado político substantivo acrescido. Em vez disso, se os poderes presidenciais surgirem como variáveis explicativas relevantes no comportamento eleitoral nesses sistemas, novas questões surgiriam sobre a importância substantiva da categoria genérica de «semipresidencialismo».

Por outro lado, a discussão sobre as consequências políticas do semipresidencialismo tem-se concentrado, principalmente, na questão de saber se a sua «dupla legitimidade democrática» tem efeitos negativos na estabilidade e na responsabilização democráticas, especialmente quando resulta num governo dividido, em conflitos político-institucionais ao mais alto nível e em «governos presidenciais», técnicos, apartidários e não responsabilizáveis politicamente². No entanto, a verdade é que sabemos muito pouco sobre o que pode explicar as perdas eleitorais dos candidatos presidenciais apoiados pelos partidos do governo e, por conseguinte, sobre as condições que aumentam as probabilidades de falta de congruência entre a composição político-partidária do presidente e da presidência em sistemas semipresidenciais.

O presente artigo procura preencher esse vazio, analisando as eleições presidenciais desde 1945 nos dezanove regimes semipresidenciais democráticos existentes no mundo. Utilizando dados agregados sobre a participação eleitoral e a percentagem de votos nas eleições legislativas e presidenciais, examinámos três previsões resultantes da aplicação do modelo de segunda ordem aos sistemas semipresidenciais: a de que a participação eleitoral deverá ser menor nas eleições presidenciais do que nas eleições legislativas nacionais; a de que as eleições presidenciais deverão reflectir, em grande parte, preferências e considerações relacionadas com a arena política das eleições legislativas nacionais de primeira ordem; a de que os partidos do governo nacional deverão registar perdas nas eleições presidenciais.

¹ Para este debate, v., entre muitos, Duverger (1980), Elgie (1998, 1999 e 2004), Roper (2002), Siaroff (2003) e Shugart e Carey (1992).

² V. Almeida e Cho (2003), Amorim Neto e Ström (2002), Linz (1994), Roper (2002), Schleiter e Jones (2005) e Shugart e Carey (1992).

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM ELEIÇÕES (SEMI)PRESIDENCIAIS

O primeiro passo para determinar a aplicabilidade do modelo de segunda ordem às eleições presidenciais nas democracias semipresidenciais consiste em identificar estas últimas. Felizmente, num estudo recente e exaustivo sobre as instituições políticas, Siaroff identificou os trinta e quatro casos históricos e contemporâneos desses sistemas em que existe «um chefe de Estado popularmente eleito e um chefe do governo separado (primeiro-ministro), sendo o segundo responsável perante a legislatura» (2003, pp. 299-300)³. Há, contudo, um segundo passo necessário na identificação das democracias semipresidenciais: restringir a análise aos países e aos períodos em que houve, de facto, um regime democrático. Para esse fim utilizámos os *ratings* da Freedom House, que distinguem entre democracias eleitorais «livres» e outros tipos de regimes semidemocráticos, autoritários e totalitários (Freedom House, 2004).

De acordo com estes critérios, há doze sistemas semipresidenciais que não se qualificam como «democracias eleitorais livres» em qualquer momento do período considerado (1945-2004): a Arménia, a Bielorrússia, a República Centro-Africana, as ilhas Comoros, a Geórgia, a Guiné-Bissau, a Macedónia, Madagáscar, a Moldávia, Moçambique, a Rússia e a Ucrânia (Freedom House, 2004). Além disso, nem todas as eleições durante o período de 1945-2004 nos restantes países podem ser incluídas na análise, uma vez que várias delas foram realizadas em períodos em que o país não se qualificava como uma «democracia eleitoral livre»⁴. Ficamos, assim, com os casos e os períodos indicados no quadro n.º 1. Na primeira coluna estão indicados os dezanove países relevantes, seguidos, entre parênteses, pelos períodos durante os quais as suas constituições permitiram a eleição directa do chefe de Estado e de um primeiro-ministro ou executivo responsável perante o parlamento. Nas colunas 2 e 3 estão indicadas as datas das primeiras e das últimas eleições presidenciais e legislativas realizadas no período de 1945-2004, enquanto esses países eram *tanto* semipresidenciais *como* classificados de «democracias eleitorais livres», mostrando-se, entre parênteses, o número de eleições de cada tipo em cada um dos períodos relevantes⁵. Por último, as

³ Por motivos relacionados com a falta de acesso aos dados relevantes, retirámos da análise os casos históricos anteriores a 1945 (Uruguai, 1919-1933, Alemanha, 1919-1933, e Espanha, 1931-1936).

⁴ Embora, por volta de 1997, o Mali se qualificasse como uma «democracia eleitoral livre» no *rating* da Freedom House, decidimos excluir as eleições de 1997 da nossa análise. As eleições legislativas, em particular, foram afectadas por boicotes da oposição e suspeitas de irregularidades que não foram totalmente dissipadas mesmo depois de o Tribunal Constitucional ordenar a sua repetição em Julho e Agosto (v. Carter Center, 2002).

⁵ Codificámos a Áustria, a Finlândia, a França, a Islândia e a Irlanda como «democracias eleitorais livres» durante todo o período depois de 1945 em que tiveram sistemas semipresidenciais.

colunas 4 e 5 mostram a participação eleitoral média para cada tipo de eleição durante os referidos períodos. Para que as eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais correspondessem ao modelo de segunda ordem deveríamos observar, nesses sistemas, níveis sistematicamente inferiores de participação eleitoral nas eleições presidenciais em comparação com as eleições legislativas.

**Eleições presidenciais e legislativas em democracias semipresidenciais
(1945-2004)**

[QUADRO N.º 1]

| | Primeiras- últimas eleições legislativas consideradas | Primeiras- últimas eleições presidenciais consideradas | Participação eleitoral média nas eleições legislativas (entre eleitores recenseados) | Participação eleitoral média nas eleições presidenciais (entre eleitores recenseados) |
|--|--|---|---|--|
| Áustria (1945-presente) . . . | 1946-2002 (18) | 1951-2004 (11) | 90,7 | 89,1 |
| Bulgária (1991-presente) . . . | 1991-2000 (4) | 1992-2001 (3) | 71,2 | 60,0 |
| Cabo Verde (1992-presente) | 1995-2001 (2) | 1996-2001 (2) | 63,7 | 47,6 |
| Croácia (2000-presente) . . . | 2000-2003 (2) | 2000 (1) | 69,2 | 60,9 |
| Finlândia (1945-presente) . . | 1945-2003 (17) | 1950-2000 (9) | 75,6 | 74,0 |
| França (1962-presente) . . . | 1962-2002 (11) | 1965-2002 (7) | 72,7 | 80,6 |
| Islândia (1945-presente) . . . | 1946-2002 (17) | 1952-2004 (6) | 89,3 | 81,0 |
| Irlanda (1945-presente) . . . | 1948-2002 (16) | 1945-1997 (6) | 72,6 | 57,1 |
| Lituânia (1992-presente) . . . | 1992-2004 (4) | 1993-2004 (4) | 58,2 | 63,0 |
| Mali (1992-presente) | 2002 (1) | 2002 (1) | 26,0 | 38,6 |
| Mongólia (1992-presente) . . | 1992-2004 (4) | 1993-2001 (3) | 87,2 | 86,6 |
| Peru (1979-1992) | 1980-1985 (2) | 1980-1985 (2) | 80,5 | 86,5 |
| Polónia (1992-presente) . . . | 1993-2001 (3) | 1995-2000 (2) | 48,7 | 64,7 |
| Portugal (1976-presente) . . . | 1976-2002 (10) | 1976-2001 (6) | 74,0 | 68,9 |
| Roménia (1996-presente) . . | 1996-2004 (3) | 1996-2004 (3) | 66,6 | 66,6 |
| São Tomé e Príncipe (1990- -presente) | 1991-2002 (4) | 1991-2001 (3) | 65,0 | 69,3 |
| Eslováquia (1999-presente) . | 2002 (1) | 1999-2004 (2) | 70,1 | 60,9 |
| Eslovénia (1991-presente) . . | 1992-2004 (4) | 1992-2002 (3) | 72,7 | 75,6 |
| Taiwan (1994-presente) . . . | 1996-2004 (4) | 1996-2004 (3) | 67,4 | 79,7 |

Fontes para este e restantes quadros: Mackie e Rose (1991); Lane, McKay e Newton (1997); Siaroff (2003); Freedom House (2004); IDEA (2005); Election Guide (2005); Electionworld.org (2005); Election Results Archive 2005; African Elections 2005. Excluídos como não sendo democracias eleitorais livres no período considerado (FH): Arménia, Bielorrússia, República Centro-Africana, Ilhas Comoros, Geórgia, Guiné-Bissau, Macedónia, Moldávia, Moçambique, Rússia e Ucrânia. Nas eleições a duas voltas foram utilizados os resultados da primeira volta.

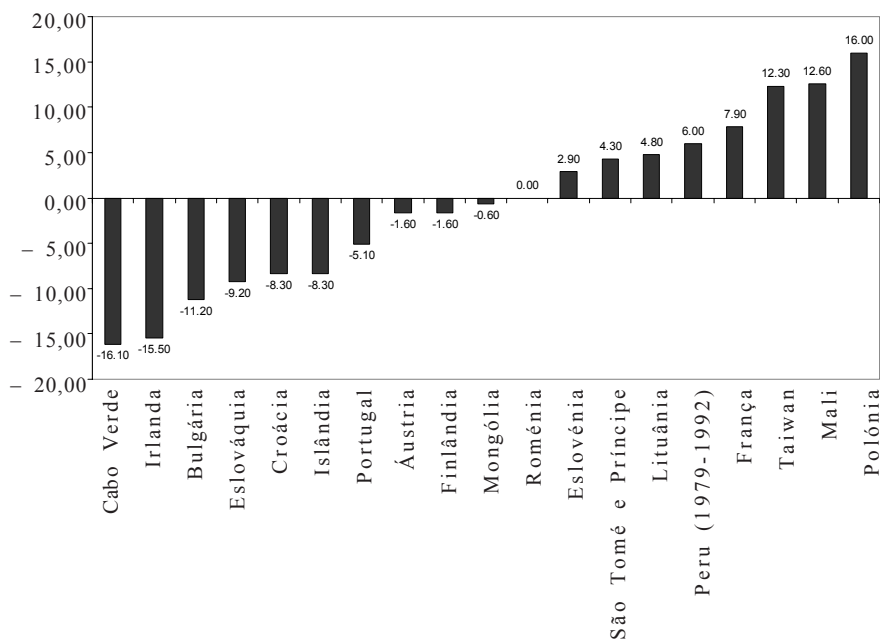
Um breve exame do quadro n.º 1 revela imediatamente que a natureza da relação entre a participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais varia de país para país. Para pegar apenas nos exemplos mais extremos, enquanto a participação eleitoral média nas eleições presidenciais em Cabo Verde foi 16% inferior à das eleições legislativas (conforme previsto), a participação eleitoral nas eleições presidenciais foi, em média, 16% superior à das eleições legislativas num país como a Polónia. No gráfico n.º 1 apre-

senta-se uma forma mais directa de comparação das taxas de participação eleitoral nas eleições presidenciais e legislativas em sistemas semipresidenciais, mostrando a diferença entre a participação eleitoral média nas eleições presidenciais e a participação eleitoral média nas eleições legislativas para cada país. Assim, à esquerda do gráfico, encontramos os sistemas semipresidenciais em que a participação eleitoral nas eleições presidenciais está em conformidade com as previsões do modelo de segunda ordem: Cabo Verde, Irlanda, Bulgária, Eslováquia, Croácia, Islândia e Portugal, casos em que a participação eleitoral média nas eleições presidenciais foi inferior à das eleições legislativas. No entanto, há também um número importante de sistemas semipresidenciais em que sucede exactamente o oposto: Mali, Polónia, Taiwan, França, Lituânia, Peru (nas eleições de 1980 e 1985), São Tomé e Príncipe e Eslovénia. Por último, há um pequeno grupo de países em que as taxas de participação eleitoral médias nos dois tipos de eleições são praticamente idênticas: Finlândia, Áustria, Mongólia e Roménia.

Diferença entre a participação eleitoral média nas eleições presidenciais e a participação eleitoral média nas eleições legislativas

(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 1]



896 As discrepâncias óbvias entre estes dados e as previsões do modelo de segunda ordem são surpreendentes: em não menos do que oito dos nossos

dezanove países, a participação eleitoral média nas eleições presidenciais é *superior* à das eleições legislativas. A que se pode dever este fenómeno? Uma explicação possível é que os sistemas semipresidenciais, embora semelhantes em termos das suas «propriedades disposicionais» — e por causa das semelhanças definidas como «semipresidenciais» —, podem ser muito diferentes em termos das suas «propriedades relacionais», ou seja, os poderes constitucionalmente conferidos à presidência.

Medidas alternativas de poderes presidenciais abundam na literatura comparativa (v., por exemplo, Frye, 1997, Metcalf, 2000, Roper, 2002, e Shugart e Carey, 1992). No entanto, vamos basear-nos aqui naquela que é talvez uma das mais simples e certamente a mais exaustiva dessas medidas em termos de cobertura dos países, a apresentada por Siaroff (2003). Siaroff distingue entre sete poderes presidenciais diferentes: «a capacidade do presidente para presidir a reuniões formais do conselho de ministros e participar, assim, na elaboração da agenda»; «o poder para vetar leis»; «se o presidente dispõe de vastos poderes de emergência ou por decreto para casos de perturbação nacional e/ou relacionados com assuntos económicos, os quais são, efectivamente, válidos por um período ilimitado»; «se o presidente desempenha um papel fulcral na política externa»; «a nomeação discricionária [...] de certos indivíduos-chave, como o primeiro-ministro, outros ministros do governo, juizes do supremo tribunal, altas figuras da hierarquia militar e/ou do banco central»; «a capacidade para seleccionar, demitir e/ou não manter em funções um determinado indivíduo como primeiro-ministro e/ou um dado partido como parte do executivo»; «a capacidade [...] para dissolver o parlamento à sua vontade, no máximo sujeito apenas a restrições temporais» (Siaroff, 2003, pp. 304-305). O quadro n.º 2 mostra os poderes da presidência nos dezanove sistemas semipresidenciais aqui considerados, codificando simplesmente a presença (1) ou a ausência (0) de cada poder e calculando um índice simples aditivo para cada país. Uma vez que a Finlândia, a Polónia e Portugal passaram por alterações constitucionais durante esse período com impacto directo nos poderes da presidência, foram calculados índices separados para os diferentes períodos em que prevaleceram regras constitucionais diferentes que incidiram sobre os poderes presidenciais.

Voltando às explicações das diferenças nos níveis de participação eleitoral, uma implicação óbvia do modelo de segunda ordem é que, na medida em que as variações do poder presidencial têm consequências políticas e os eleitores se apercebem dessas consequências, a concessão de mais poderes ao presidente deverá resultar num maior relevo das eleições realizadas para a sua eleição e, por conseguinte, em níveis mais elevados de participação eleitoral. Podemos avaliar a plausibilidade desta hipótese testando se os poderes presidenciais afectam a diferença entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e legislativas. Mais precisamente, a variável dependente utilizada é *a diferença entre o nível de participação eleitoral em cada eleição presidencial*

em cada país e a participação eleitoral nas eleições legislativas imediatamente precedentes (ou nas eleições legislativas contemporâneas, se forem simultâneas). Nos nossos dezanove países é possível identificar setenta e dois casos de eleições presidenciais — precedidas de eleições legislativas, realizadas entre 1945 e 2004, e numa «democracia eleitoral livre» semipresidencial⁶.

Poder dos presidentes popularmente eleitos em sistemas semipresidenciais

[QUADRO N.º 2]

| Regimes democráticos não presidenciais com eleições presidenciais directas | Presidir às reuniões do conselho de ministros | Veto | Vastos poderes de emergência e por decreto | Papel fulcral na política estrangeira | Poderes de nomeação discricionários | Papel fulcral na formação do governo | Poder para dissolver o parlamento | Soma |
|--|---|------|--|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|------|
| Áustria (1945-) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bulgária (1991-) | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Cabo Verde (1992-) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| Croácia (2000-) | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Finlândia (1945-1956) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Finlândia (1956-1994) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 5 |
| Finlândia (1994-2000) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Finlândia (2000-) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| França (1958-) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6 |
| Islândia (1945-) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Irlanda (1945-) | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Lituânia (1992-) | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Mali (1992-) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6 |
| Mongólia (1992-) | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Peru (1979-1992) | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6 |
| Polónia (1992-1997) | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4 |
| Polónia (1997-) | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Portugal (1976-1982) | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Portugal (1982-) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Roménia (1996-) | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| São Tomé e Príncipe (1990-) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 7 |
| Eslováquia (1999-) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Eslovénia (1991-) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Taiwan (1994-) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4 |

Fonte: Siaroff (2003).

⁶ Uma vez que a lógica da análise reside na comparação entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e a das eleições legislativas precedentes, excluimos todas as eleições presidenciais que não foram precedidas de eleições legislativas desde que o país se tornou semipresidencial e uma democracia eleitoral livre. Foram também excluídos os casos em que as eleições presidenciais foram precedidas de outras eleições presidenciais (e não de eleições legislativas). Quando se realizaram eleições presidenciais e legislativas simultâneas, a participação eleitoral nas primeiras foi comparada com a participação eleitoral nas segundas.

As variáveis independentes cruciais dizem respeito aos poderes presidenciais. Utilizamos o índice aditivo dos poderes presidenciais totais como uma variável independente (PODPRE), medindo-o na altura de cada eleição presidencial. Os efeitos dos poderes presidenciais no diferencial de participação eleitoral entre as eleições presidenciais e legislativas são estimados enquanto se controlam os efeitos de três variáveis independentes adicionais. A primeira é se o presidente em exercício se candidatou à reeleição (1) ou não (0) nas eleições presidenciais em questão (REELEC). O facto de se encontrarem em exercício confere imediatamente aos candidatos vantagens em termos de reconhecimento público e dos recursos políticos e organizacionais que podem pôr em marcha para tentarem a reeleição. Tal como observa Jones, analisando uma vasta amostra de eleições presidenciais em sistemas tanto presidenciais como semipresidenciais deste 1940, os presidentes em exercício que se candidataram à reeleição ganharam quatro em cada cinco eleições (Jones, 2004), e sabemos que, pelo menos nos sistemas presidenciais, os presidentes que se candidatam à reeleição tendem a obter uma percentagem maior dos votos do que os candidatos que se candidatam ao primeiro mandato (Samuels, 2004). Tal sugere que a presença de um presidente em exercício poderá diminuir a competitividade das eleições presidenciais e transformar os seus resultados numa conclusão antecipada, diminuindo, assim, a participação eleitoral. De facto, o efeito negativo dos poderes do presidente na nossa variável dependente pode ser ainda maior do que aquilo que é possível estimar empiricamente, uma vez que países como a Islândia ou a Irlanda têm disposições constitucionais que lhes têm permitido renunciar, por rotina, à realização de eleições presidenciais quando um candidato — normalmente o presidente em exercício — não é contestado e onde, de forma previsível, qualquer eleição que se realizasse pecaria por falta de competitividade e, por conseguinte, de relevo para os eleitores. No entanto, prevemos que esta variável tenha um efeito negativo na diferença entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e a participação eleitoral nas eleições legislativas precedentes.

A segunda variável independente de controlo é o número de meses decorridos entre a data das eleições presidenciais e a data das eleições legislativas imediatamente precedentes (MESES). Uma vez que a participação eleitoral em quaisquer eleições parece aumentar quanto maior for o intervalo em relação às eleições anteriores mais recentes (Franklin, 2002), prevemos que esta variável tenha um efeito positivo: quanto maior for o tempo decorrido entre as eleições presidenciais e as eleições legislativas precedentes, maior poderá ser a participação eleitoral nas primeiras em comparação com as segundas. Por último, acrescentamos PARTLE, participação eleitoral nas eleições legislativas anteriores. Uma vez que as diferenças entre países em termos de participação eleitoral nas eleições legislativas podem ser provoca-

das por um grande número de variáveis independentes sistémicas, acrescentamos esta variável para podermos estimar os efeitos da nossa variável explicativa relevante numa base estável de participação eleitoral em eleições legislativas.

O quadro n.º 3 mostra os resultados do teste destas hipóteses, utilizando tanto a amostra inteira como uma subamostra de casos em que as eleições legislativas e presidenciais não foram simultâneas e em que o voto não era obrigatório⁷. A lógica é simples: tanto as eleições simultâneas como o voto obrigatório são factores institucionais que tendem a sobrepor-se a todos os outros na neutralização das diferenças, em qualquer direcção, entre a participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais. Assim, prevemos que os efeitos das variáveis independentes anteriormente indicadas sejam mais fortes no conjunto de países em que as eleições legislativas e presidenciais foram realizadas em alturas diferentes e em que o voto não é obrigatório.

O efeito dos poderes presidenciais no diferencial entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e nas eleições legislativas (os valores são coeficientes de regressão linear; os valores entre parênteses são erros-padrão)

[QUADRO N.º 3]

| | Todas as eleições presidenciais | Apenas eleições não simultâneas e voto não obrigatório |
|--------------------------|---------------------------------|--|
| Constante | 2,761 (10,281) | 11,959 (11,439) |
| PODPRE | 1,395** (0,612) | 1,747** (0,678) |
| REELEC | -1,171 (2,480) | -2,450 (2,185) |
| MESES | 0,170* (0,095) | 0,241** (0,114) |
| PARTLE | -0,148 (0,119) | -0,319** (0,136) |
| R ² | 0,20 | 0,34 |
| N | 72 | 58 |

*** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Em ambos os modelos, embora a variável «presidente em exercício candidato à reeleição» (REELEC) tenha o sinal previsto — negativo —, o seu

⁷ Os casos de eleições legislativas e presidenciais simultâneas na nossa amostra incluem a Roménia (1996, 2000 e 2004), o Peru (1980 e 1985), a Eslovénia (1992) e Taiwan (1996). Os casos de voto obrigatório passam-se todos na Áustria até ao início da década de 90.

efeito não tem significância estatística. Em contraste, quanto maior for o tempo decorrido entre as eleições presidenciais e as eleições legislativas nacionais imediatamente precedentes (MESES), maior tende a ser a diferença na participação eleitoral a favor das eleições presidenciais, conforme previsto. E uma maior participação eleitoral nas eleições legislativas diminui, obviamente, o diferencial entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e nas legislativas, atingindo significância estatística no segundo modelo aplicado aos casos em que se excluem eleições simultâneas ou países com voto obrigatório. No entanto, a nossa descoberta fulcral diz respeito ao impacto dos poderes presidenciais no diferencial entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e nas eleições legislativas: em igualdade de circunstâncias, quanto mais poderes tiverem os presidentes, maior tende a ser a participação eleitoral nas eleições presidenciais em comparação com as eleições legislativas. E o impacto de todas as variáveis, incluindo a que mede a gama completa de poderes presidenciais (PODPRE), é previsivelmente mais forte quando se analisam apenas as eleições não simultâneas e com voto não obrigatório.

Assim, continua a ser possível, como argumenta Blais (2000), que a «importância ‘objectiva’ das eleições não seja tão determinante como muitos estão inclinados a crer» no que diz respeito à diferença entre a participação eleitoral nas eleições presidenciais e legislativas e que a falta de mobilização para a eleição de um presidente sem poderes políticos significativos possa ser contrariada pela natureza mais personalizada das eleições presidenciais, o que as torna mais atraentes tanto para os eleitores como para a comunicação social (Blais, 2000, p. 40). Não pudemos testar aqui esta hipótese específica. Contudo, demonstrámos, pelo menos, que os poderes presidenciais «objectivos» têm um impacto a nível das diferenças entre a participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais, pelo menos nos sistemas semipresidenciais. Além disso, o seu impacto é consistente com as hipóteses do modelo de segunda ordem: embora algumas eleições presidenciais se caracterizem por níveis mais elevados de participação eleitoral do que as eleições legislativas, essas eleições tendem também a ser precisamente aquelas que se realizam em sistemas semipresidenciais em que os presidentes eleitos usufruem de maiores poderes. Por outras palavras, o facto de as eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais seguirem os padrões de segunda ordem esperados em termos de participação eleitoral parece depender, de forma previsível, dos poderes conferidos à presidência.

O SIGNIFICADO DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Uma segunda questão relevante para a categorização das eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais diz respeito às opções de voto e às

percentagens de votos dos candidatos. Mais especificamente, se o modelo de segunda ordem for aplicado às eleições presidenciais, essas eleições devem reflectir amplamente as preferências e as preocupações da arena política onde se disputam as eleições legislativas nacionais de «primeira ordem». Como assinalam Brug, Eijk e Marsh, considerar determinadas eleições presidenciais como sendo de «segunda ordem» «conduz à expectativa de que as preferências pelos candidatos reflectam preferências partidárias nacionais e os factores que lhes subjazem» (2001).

É verdade que os resultados eleitorais globais permitem apenas inferências indirectas e fálveis acerca das motivações de cada eleitor e dos factores que sustentam as suas decisões. No entanto, uma forma de avaliar, pelo menos, a plausibilidade de que o modelo de segunda ordem é aplicável, deste ponto de vista, às eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais consiste em comparar as percentagens de votos obtidas pelos partidos nas eleições legislativas com as obtidas pelos candidatos presidenciais apoiados por esses partidos nas eleições presidenciais posteriores. Se essas percentagens se revelarem sistematicamente discrepantes (por excesso *ou* por defeito), será difícil argumentar que o apoio concedido pelos partidos a candidatos específicos pesa nas considerações dos eleitores quando decidem como fazer a sua escolha nas eleições presidenciais e, por conseguinte, que as motivações gerais e os sinais utilizados pelos eleitores nos dois tipos de eleições tenham alguma relação sistemática.

Para investigar esta questão específica é necessário abordar logo desde o início alguns problemas de medição. É muito difícil obter informações contextuais sobre quais os candidatos que foram apoiados por este ou aquele partido, especialmente quando se trata de eleições que se realizaram há várias décadas. Por este motivo, concentrámo-nos exclusivamente na comparação entre as percentagens de votos obtidas pelos partidos do *governo* e as ganhas pelos candidatos apoiados por esses partidos, informação que, quase invariavelmente, estava disponível para todos os países semipresidenciais e todas as eleições realizadas depois de 1945⁸.

Porém, o facto de nas eleições presidenciais serem os candidatos, e não os partidos, a concorrer suscita problemas adicionais. Em certos casos, a comparação acima referida é bastante simples. Por exemplo, nas eleições presidenciais de Abril de 1971 na Áustria, o Partido Social-Democrata (SPÖ), na altura o único partido do governo, apoiou a reeleição do presidente em exercício, Franz Jonas. A sua percentagem de votos — 52,8%, contra os 47,2% de Kurt Waldheim — pode ser facilmente comparada com a percentagem de votos do SPÖ nas eleições legislativas precedentes, realiza-

⁸ A excepção é a Mongólia, nas eleições de 1993 e 2001, em que não conseguimos encontrar dados sobre as percentagens de votos dos partidos do governo e dos candidatos por eles apoiados.

das em Março de 1970 (48,1%). Outras situações, contudo, criam maiores dificuldades. Por um lado, há casos em que certos partidos do governo não apoiam qualquer candidato às eleições presidenciais. Tal ocorreu, por exemplo, nas eleições presidenciais de 1998 na Áustria, quando o SPÖ, na altura um dos principais parceiros de uma coligação governamental com o ÖVP – o Partido Popular Austríaco —, não apoiou um candidato presidencial. Além disso, para complicar as coisas, a candidatura à reeleição de Thomas Klestil foi apoiada não só pelo ÖVP, mas também por um partido que, na altura, se encontrava na oposição, o FPÖ (Partido da Liberdade). De forma semelhante, há também casos em que um candidato apoiado pelos partidos que se encontram no governo acaba por ser também apoiado por um ou mais dos partidos da oposição, como sucedeu com o apoio concedido a Mário Soares nas eleições presidenciais de 1991 em Portugal, tanto pelo Partido Social-Democrata (PSD), no governo, como pelos socialistas (PS), na oposição.

Nestas condições, a comparação simples entre a percentagem de votos obtida numas eleições legislativas pelos partidos do governo na altura das eleições presidenciais e a obtida nessas eleições presidenciais pelos «candidatos do governo» não tem, rigorosamente falando, qualquer significado. No nosso exemplo de 1998 na Áustria, comparar a enorme percentagem de votos obtida nas eleições legislativas precedentes, realizadas em 1995, pelos dois partidos que formavam a coligação governamental austríaca (SPÖ e ÖVP) – 66,3% dos votos — com a percentagem de votos obtida pelo candidato presidencial apoiado pelo ÖVP e pelo FPÖ nas eleições de 1998 (Thomas Klestil, com 63,4%) não faz sentido, uma vez que nem o FPÖ estava no governo nem a candidatura de Klestil à presidência foi abertamente apoiada pelo SPÖ. De forma semelhante, no exemplo português, comparar a percentagem de votos obtida em 1987 pelo PSD (51,3%) com o resultado obtido por Soares em 1991 (70,4%) iria dar sinais equívocos de ganhos maciços para o «candidato do governo», ignorando o facto simples mas altamente relevante de que a candidatura de Soares também era apoiada pelos socialistas portugueses (que representavam, nas eleições legislativas de 1987, cerca de 23% dos votos).

Para resolver estes problemas, embora preservando a capacidade de comparar os resultados das eleições presidenciais com os das eleições legislativas anteriores, foi adoptada a seguinte regra: *comparámos as percentagens de votos válidos obtidas por todos os candidatos presidenciais apoiados pelos partidos do governo com as percentagens de votos válidos obtidas nas eleições legislativas anteriores por todos os partidos que apoiavam esses candidatos*⁹. Assim, voltando ao exemplo austríaco de 1998, Klestil era o único

⁹ Nas eleições legislativas e presidenciais a duas voltas foram utilizadas as percentagens de votos da primeira volta, de forma a neutralizar os efeitos da exclusão de candidatos em segundas voltas.

candidato presidencial apoiado por um partido do governo (o ÖVP), obtendo, tal como vimos anteriormente, 63,4% dos votos. Contudo, uma vez que era apoiado por dois partidos, um do governo e outro da oposição (FPÖ), temos de comparar a percentagem de votos obtida por Klestil em 1998 com a percentagem de votos obtida em 1995 pelos dois partidos que o apoiaram, o ÖVP e o FPÖ (50,4%). De forma idêntica, voltando ao exemplo português, o resultado obtido por Soares em 1991 (70,4%) tem de ser comparado, não com o resultado do PSD em 1997, mas com os resultados combinados dos dois partidos que o apoiaram em 1991, nomeadamente o PSD e o PS (74,1%).

Assim, na análise seguinte, apenas as eleições presidenciais que foram precedidas de eleições legislativas (mais uma vez, num sistema semipresidencial e numa «democracia eleitoral livre») estão incluídas na nossa amostra. Para tornar os casos totalmente comparáveis e para colocar a hipótese de congruência entre a percentagem de votos dos partidos do governo e a dos seus candidatos num teste mais rigoroso foram excluídas as eleições simultâneas. Em vez disso, nos países que realizaram eleições legislativas e presidenciais simultâneas comparámos os resultados das eleições presidenciais com os das eleições legislativas *anteriores*. Por último, segundo as nossas regras de codificação, só podíamos incluir na nossa amostra eleições em que pelo menos *um* dos partidos do governo apoiasse pelo menos *um* candidato presidencial. No entanto, a exclusão de eleições presidenciais em que nenhum candidato presidencial foi apoiado por um dos partidos na altura no governo não constitui um grande problema, pois a nossa amostra não deixa por isso de ser amplamente representativa das eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: dos setenta e dois «pares» iniciais de eleições legislativas-presidenciais utilizados na análise da participação eleitoral, apenas três casos foram abandonados por esse motivo¹⁰.

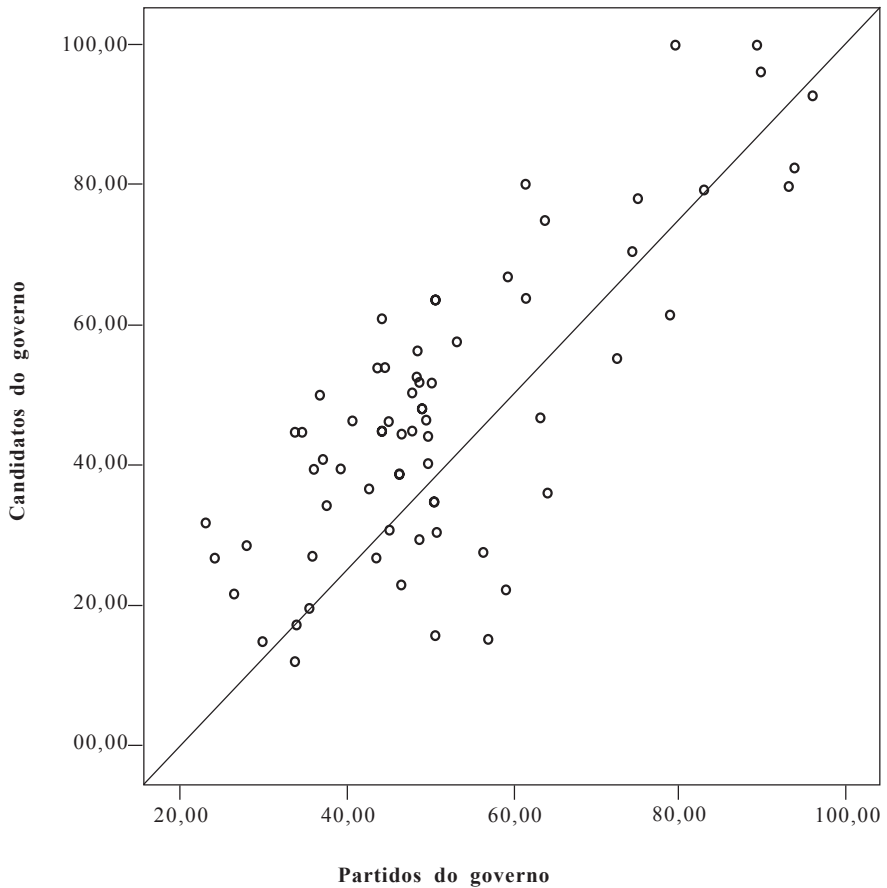
O gráfico n.º 2 ilustra de forma eloquente a relação entre a percentagem de votos obtida pelos candidatos do governo em cada uma das eleições presidenciais (no eixo *y*) e a percentagem de votos obtida pelos seus apoiantes partidários nas eleições legislativas precedentes (no eixo *x*): existe, claramente, uma relação positiva entre as duas variáveis, o que sugere que o apoio dos partidos é, possivelmente, um factor nos resultados das eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais¹¹.

¹⁰ De um modo geral, estas exclusões, bem como as dos «pares» de eleições legislativas-presidenciais simultâneas, e a nossa incapacidade para identificarmos os apoios dos candidatos presidenciais e os resultados de duas eleições presidenciais na Mongólia reduziram a nossa amostra de 72 para 65 «pares» de eleições legislativas-presidenciais.

¹¹ A correlação entre as duas variáveis é 0,78, significativa com $p < 0,001$.

**Relação entre as percentagens de votos dos candidatos
do governo e dos partidos do governo**
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 2]



Tal, contudo, pode obscurecer importantes diferenças entre sistemas políticos. Em primeiro lugar, há motivos para esperar que os poderes presidenciais façam diferença na forma como o voto nas eleições presidenciais reflecte considerações do cenário nacional de primeira ordem. A direcção em que esse efeito deve ocorrer não deixa, porém, de ser ambígua. O facto de pouco poder político estar envolvido na eleição de um presidente pode ter duas consequências diferentes e contraditórias. Por um lado, o facto de haver menos em jogo no resultado das eleições presidenciais pode fazer com que os partidos se desinteressem de fazerem grandes esforços em termos de mobilização política e de campanha. Nesses casos, o aparecimento de candi-

datos independentes a apelarem ao voto torna-se mais provável, enquanto os eleitores se sentem mais livres para decidir em quem votar com base noutras pistas que não sejam a identificação partidária ou o posicionamento ideológico. Tal pode tornar as eleições presidenciais uma espécie de «concurso de popularidade no qual os eleitores expressam qual o tipo de pessoa que querem como chefe de Estado» e em que «as preferências dos eleitores pelos candidatos presidenciais [...] não têm, em grande parte, ligação às suas opiniões políticas» (Brug, Eijk e Marsh, 2001). No entanto, tal como Brug e os seus co-autores reconhecem, o facto de os presidentes terem poucos poderes também pode aumentar (em vez de diminuir) a probabilidade de a sua eleição se tornar um mero reflexo das eleições de primeira ordem. Ao favorecerem um ambiente eleitoral parco em informação política e o aparecimento de candidatos menos conhecidos, essas eleições transmitem aos eleitores pouco mais do que o conhecimento que possuem dos partidos que apoiam cada candidato, favorecendo, assim, uma continuidade fundamental entre a distribuição de votos nas eleições legislativas e a encontrada nas eleições presidenciais (em vez de as transformarem em eleições idiossincráticas e totalmente autónomas).

Uma segunda variável sistémica susceptível de fazer diferença a este respeito é o nível de institucionalização do sistema partidário em cada país. Por institucionalização do sistema partidário referimo-nos, seguindo Mainwaring (1999), à estabilidade e legitimização das organizações partidárias, à regularidade dos padrões de concorrência partidária e à existência de ligações relativamente fortes dos eleitores aos partidos existentes. Quando estes elementos estão ausentes, as escolhas eleitorais tendem a exibir níveis elevados de instabilidade e fluidez, os resultados eleitorais tornam-se mais incertos e aumenta a possibilidade de sucesso do aparecimento de candidatos presidenciais apartidários e independentes, a fazerem apelos personalistas (e, por vezes, populistas) (Mainwaring, 1999; Mainwaring e Torcal, 2005). Nestas condições, é menos provável que as eleições presidenciais exibam continuidades com as eleições legislativas tanto em termos dos resultados obtidos pelos candidatos apoiados pelos partidos como das considerações eleitorais relevantes e dos sinais transmitidos aos eleitores.

Embora não tenhamos valores completos da «institucionalização do sistema partidário», avaliamos os efeitos de duas variáveis na estabilidade, de uma eleição para outra, dos votos dos candidatos do governo e dos votos dos partidos que os apoiaram. Uma é simplesmente o número de anos (a partir da data de cada eleição presidencial) de democracia contínua desde 1920 para cada país (ANOSDEM)¹². Partimos do princípio de que a passa-

¹² Os anos foram contados a partir de 1920 ou do primeiro ano completo de independência nacional, o que for mais recente. Os anos foram contados como sendo democráticos

gem do tempo num regime democrático contribui para a formação de laços partidários entre a população e para a estabilização das organizações partidárias e dos seus padrões de concorrência. No entanto, tal como é igualmente sugerido por Mainwaring e Torcal, a diferença entre as democracias mais recentes e as democracias há muito estabelecidas pode ir além da sua fase inicial num «ciclo de vida» de desenvolvimento político e institucional. De facto, essa diferença pode surgir também em função de uma determinada sequência de desenvolvimento histórico e sócio-político, como a criação de novos sistemas partidários democráticos em sociedades já pós-industriais (em vez de industriais) ou depois da emergência dos meios de comunicação de massa modernos, especialmente a televisão, como os principais canais de intermediação política. É por este motivo que, por exemplo, níveis elevados de volatilidade eleitoral e de voto personalista permanecem inalterados em algumas destas novas democracias, mesmo depois de já terem uma experiência mais prolongada em regimes democráticos (Mainwaring e Torcal, 2005). Por este motivo, empregamos também uma variável dicotómica, com o valor 1 para as democracias mais recentes da nossa amostra (NOVAS) e 0 para as restantes¹³. Uma vez que ANOSDEM e NOVAS estão altamente correlacionadas (negativamente) (*tau-b* de $-0,626$), testamos simplesmente dois modelos alternativos e comparamo-los.

Como variável dependente, utilizámos a *diferença absoluta entre a percentagem de votos obtida pelos candidatos presidenciais apoiados pelos partidos do governo e a percentagem de votos obtida nas eleições legislativas anteriores por todos os partidos que apoiaram esses candidatos*. PODPRE é utilizada como uma variável independente nos dois modelos. Esperamos que NOVAS tenha um efeito positivo e que ANOSDEM tenha um efeito negativo na variável dependente, ou seja, que as discrepâncias (por excesso ou por defeito) entre os votos nos partidos do governo e nos seus candidatos sejam maiores nas novas democracias e tanto menores quanto maior o tempo passado sob regimes democráticos. Duas variáveis independentes adicionais são acrescentadas como variáveis de controlo estatístico. MESES, o número de meses decorridos entre a data das eleições presidenciais e a data das eleições legislativas, é introduzida para ter em conta a possibilidade de alterações nas preferências partidárias entre o eleitorado, alterações que poderão vir a aumentar à medida que o tempo passa. E MAIOR é introduzida

quando atingiram pelo menos 8 pontos na escala de democracia de 10 pontos de Gurr e Jagers, dados de *Polity IV* (Marshall e Jagers, 2004). Nos poucos casos de conflito com os valores de «democracia livre e justa» da Freedom House foram utilizados os segundos.

¹³ Codificámos a Bulgária, Cabo Verde, a Croácia, a Lituânia, a Mongólia, o Peru, a Polónia, a Roménia, São Tomé e Príncipe, a Eslováquia, a Eslovénia e Taiwan como «novas democracias», ou seja, todos os países na nossa amostra que sofreram transições para a democracia apenas nos anos 90.

para ter em conta o facto de as eleições legislativas com sistemas maioritários — como as eleições presidenciais — incentivarem mais o voto estratégico e, por conseguinte, a concentração de votos nos grandes partidos. Como tal, prevemos que MAIOR tenha um efeito negativo na variável dependente, diminuindo as diferenças absolutas entre as percentagens de votos dos partidos do governo nas eleições legislativas e dos candidatos dos partidos do governo nas eleições presidenciais.

**O efeito dos poderes presidenciais e da democratização
na diferença absoluta entre as percentagens
de votos dos partidos do governo
e dos seus candidatos presidenciais**

[QUADRO N.º 4]

| | Todas as eleições presidenciais | Apenas eleições não simultâneas e voto não obrigatório |
|--------------------------|------------------------------------|--|
| Constante | 17,038*** (2,820) | 11,755*** (3,632) |
| PODPRE | -0,216 (0,561) | -0,235 (0,544) |
| ANOSDEM | -0,140*** (0,050) | - 7,116** |
| NOVAS | - -1,319 | (3,223) -0,436 |
| MAIOR | (3,976) -0,059 | (3,874) -0,078 |
| MESES | (0,078) | (0,076) |
| R ² | 0,15 | 0,21 |
| N | 65 | 65 |

*** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

VIF mais elevado em qualquer modelo: 1,37.

As nossas expectativas ambíguas relativamente aos efeitos dos poderes presidenciais na congruência entre os resultados das eleições legislativas e presidenciais dos partidos do governo traduzem-se, de uma forma simples, nos dados: os poderes presidenciais acabam por não ter efeitos estatisticamente significativos. O sinal de MAIOR é, tal como previsto, negativo, enquanto o sinal de MESES é (contrariamente ao que prevíamos) também negativo. No entanto, nenhum dos coeficientes tem significância estatística. Contudo, tanto ANOSDEM como NOVAS têm os sinais previstos e atingem, confortavelmente, significância estatística. As democracias mais recentes tendem a revelar maiores discrepâncias entre as percentagens de votos dos candidatos presidenciais apoiados pelos partidos do governo e as obtidas nas eleições legislativas precedentes pelos partidos que os apoiaram: em média, uma diferença absoluta acrescentada de 7% por eleição. E, quanto maior é a experiência de eleições

democráticas e concorrência partidária num país, menores são as discrepâncias entre essas percentagens de votos. Embora as diferenças não sejam suficientemente nítidas para permitirem grandes conclusões, o modelo que inclui NOVAS ajusta-se melhor aos dados, sendo o coeficiente estandardizado associado à variável (0,374) também ligeiramente mais elevado do que o associado a ANOSDEM (-0,359), o que sugere que as diferenças entre as novas democracias e as mais antigas podem ir além da mera experiência mais prolongada com um regime democrático, como sugerem Mainwaring e Torcal. Em conclusão, uma hipótese crucial, embora muitas vezes não declarada, por trás da noção de que as eleições de segunda ordem estão permeadas pela lógica do cenário político nacional é a presença de partidos políticos social e institucionalmente enraizados, que organizam a concorrência política democrática a todos os níveis de governo. O facto de as eleições presidenciais reflectirem menos essa lógica nas democracias mais recentes, cujos sistemas partidários tendem a ter menores níveis de institucionalização, não surpreende.

PENALIZAÇÃO DO GOVERNO, RESPONSABILIZAÇÃO PRESIDENCIAL E EQUILÍBRIO

A terceira previsão associada ao tratamento das eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais como sendo de «segunda ordem» é que os candidatos presidenciais do governo devem registar perdas em relação aos votos obtidos pelos partidos que os apoiam nas anteriores eleições de «primeira ordem». Sabemos que os grandes partidos tendem a ser punidos nas eleições de segunda ordem, uma vez que essas eleições fomentam o voto sincero em vez do voto estratégico. E sabemos que os partidos do governo tendem a ser *especialmente* punidos, dado ser mais provável que os seus apoiantes, para quem estas eleições não são importantes, as utilizem para manifestarem o seu descontentamento, se ele existir. Assim, com base no modelo de segunda ordem, e na medida em que as eleições presidenciais nos sistemas semipresidenciais sejam consideradas menos importantes do que as eleições legislativas, o governo deveria sofrer perdas através dos seus candidatos.

Executámos um teste simples para determinar se os votos nos candidatos apoiados pelo governo em relação às eleições legislativas precedentes correspondem ao padrão previsto de maiores perdas quando a popularidade do governo atinge o seu nível mais baixo, a meio do mandato. Na ausência de dados sobre a popularidade, seguimos estudos anteriores sobre as eleições para o Parlamento Europeu (Reif, 1984; Marsh, 1998), admitindo um efeito de «ciclo puro», aplicando modelos polinomiais à nossa variável dependente: *a diferença entre a percentagem de votos obtida pelos candidatos do governo nas eleições presidenciais e a obtida pelos seus apoiantes partidários nas eleições legislativas precedentes*. CICLO é a proporção do mandato legislativo do parlamento nacional — o ciclo de eleições nacionais — decorrida à data da

realização de cada eleição presidencial. A função quadrática na variável CICLO (CICLO²) é escolhida para representar uma variação parabólica dos votos dos seus apoiantes nas eleições legislativas precedentes. Representa uma diminuição progressiva dos votos nos candidatos presidenciais do governo até mais ou menos o meio do mandato, seguida de uma fase de recuperação desses votos na parte final do mandato. A função cúbica (CICLO³) faz o mesmo, mas acrescenta um período de «estado de graça» (Reif, 1984), durante o qual os partidos do governo deveriam aumentar os seus votos nas eleições de segunda ordem realizadas pouco depois das eleições de primeira ordem.

Tal como o quadro n.º 5 indica, os resultados são uma desilusão. Nos modelos aplicados aos sistemas em que os presidentes têm menos poderes (PODPRE < 4) — onde prevíamos uma melhor correspondência — o padrão descrito é, na verdade, um padrão de aumento das perdas (ou perdas depois de uma pequena subida inicial no modelo com CICLO³) até cerca de sete décimos do ciclo, a que se segue uma recuperação modesta. No entanto, o ajuste dos modelos dos dados é extremamente deficiente e nenhum dos termos de ciclo é estatisticamente significativo. Por outro lado, o modelo que proporciona uma melhor correspondência com os dados (modelo n.º 5), referente a casos com presidências com mais poderes, gera, de facto, uma curva imprevista na qual as perdas do governo aumentam até ao primeiro quarto do ciclo, decrescendo depois até ao terceiro quarto e voltando a aumentar no último quarto¹⁴.

Impacto do ciclo de eleições de primeira ordem na diferença de votos (eleições presidenciais)-apoiantes partidários (eleições legislativas) nos candidatos do governo
*(os valores são coeficientes de regressão linear;
os valores entre parênteses são erros-padrão)*

[QUADRO N.º 5]

| | Todos os casos | | PODPRE < 4 baixos poderes presidenciais | | PODPRE > 3 Altos poderes presidenciais | |
|------------------------------|--------------------|--------------------|---|---------------------|--|---------------------|
| | Modelo n.º 1 | Modelo n.º 2 | Modelo n.º 3 | Modelo n.º 4 | Modelo n.º 5 | Modelo n.º 6 |
| Constante . . . | -4,909 (5,460) | -5,023 (4,214) | -2,305 (8,263) | 0,257 (6,165) | -7,800 (6,682) | -10,647 (5,401) |
| CICLO | 1,492 (51,366) | 3,048 (20,870) | 10,253 (74,660) | -21,674 (31,438) | -21,177 (69,004) | 26,003 (25,534) |
| CICLO ² | 2,581 (125,595) | -1,529 (21,159) | -72,013 (181,990) | 12,760 (31,525) | 111,640 (171,230) | -13,056 (26,233) |
| CICLO ³ | -2,744 (83,537) | - | 57,571 (121,811) | - | -83,290 (112,995) | - |
| R ² | 0,00 | 0,00 | 0,04 | 0,04 | 0,14 | 0,12 |
| N | 65 | 65 | 38 | 38 | 27 | 27 |

¹⁴ Aplicámos um modelo diferente, igualmente destinado a representar uma diminuição a meio do mandato, à amostra das presidências com menos poderes, utilizando como variáveis

Há, contudo, outras expectativas teóricas sobre as diferenças sistemáticas entre os resultados das eleições nacionais e os das eleições presidenciais que podem ser confrontadas com os dados. Todas elas têm origem em trabalhos que explicam as perdas a meio do mandato dos partidos presidenciais nas eleições para o Congresso americano. A «teoria do referendo» sugere que as eleições a meio do mandato funcionam como um referendo ao desempenho do governo, medindo esse desempenho em termos de popularidade e de indicadores económicos (Tufté, 1975). Essa abordagem tem vários pontos de contacto com o modelo de segunda ordem. No entanto, contrariamente a esse modelo, não contém pressuposições sobre a falta de relevo das eleições «não gerais», a tendência sistemática para perdas dos partidos do governo, a motivação fundamental dos eleitores para penalizarem os presidentes em exercício ou o facto de a meio do mandato ser o ponto específico do ciclo eleitoral em que as perdas são maiores. Em vez disso, se as perdas a meio do mandato tendem a registar-se, a «teoria do referendo» admite que tal acontece simplesmente porque a popularidade do executivo parece diminuir ao longo do mandato e a economia parece melhorar na altura das eleições gerais. Contudo, tal como observa Marsh, «na medida em que nada disso se passa, o partido do presidente não devia registar perdas a meio do mandato» (Marsh, 2000, p. 3).

Samuels (2004) testou o efeito do crescimento do PIB na alteração da percentagem absoluta de votos no presidente em exercício (ou no candidato do partido do governo) em relação às eleições anteriores nos sistemas presidenciais. Descobriu que os presidentes, como chefes do executivo, são de facto responsabilizados pelo desempenho económico, especialmente em eleições simultâneas (Samuels, 2004). No entanto, Samuels e Hellwig alargaram esta análise aos sistemas semipresidenciais e obtiveram resultados que são potencialmente relevantes para o nosso estudo. Concluíram que, embora a economia não tenha qualquer impacto significativo nos resultados das eleições presidenciais em regimes semipresidenciais em eleições não simultâneas, tem-no em situações específicas de *governo unificado*, ou seja, quando o presidente e o primeiro-ministro pertencem ao mesmo partido (Samuels e Hellwig, 2004). Explicam esta descoberta com base numa generalização do caso francês a todos os sistemas semipresidenciais: a noção de que, quando

independentes MIDTERM (quando as eleições presidenciais tiveram lugar fora do primeiro e do último ano do mandato legislativo nacional) e a percentagem do mandato nacional decorrido quando as eleições se realizaram. Embora a variável MIDTERM tenha o sinal previsto (negativo) no subconjunto PODPRE < 4, está longe de ser estatisticamente significativa. Outros modelos, restringindo a amostra às «velhas» ou «novas» democracias, diferenciadas por poderes presidenciais e utilizando como variáveis dependentes os termos de ciclo ou a variável MIDTERM, revelaram-se igualmente desajustados.

o presidente em exercício controla uma maioria legislativa, ele se transforma no verdadeiro chefe do executivo e, por conseguinte, no «responsável político-económico em exercício» (Lewis-Beck e Stegmaier, 2000).

Esta hipótese pode ser facilmente transposta para a concepção ligeiramente diferente da nossa investigação. Ao compararmos as percentagens de votos dos candidatos presidenciais do governo com as obtidas pelos respectivos partidos nas eleições anteriores, deveríamos descobrir que a situação económica se reflecte na avaliação do desempenho do governo, traduzindo-se em ganhos ou perdas para os candidatos presidenciais apoiados pelo governo. No entanto, devemos esperar que esses efeitos sejam mais fortes *quando o candidato apoiado pelo governo é o presidente em exercício*. Nesses casos, o candidato do governo deveria ser visto como o verdadeiro «responsável político-económico em exercício» ou, pelo menos, como sendo em grande parte responsável pelos resultados económicos obtidos durante o governo unificado. Por conseguinte, o presidente em exercício devia ganhar ou perder votos em relação à percentagem anterior do seu partido com base no desempenho económico. Para testarmos esta hipótese introduzimos duas variáveis e um termo de interacção: percentagem de crescimento do PIB (ECONOMIA)¹⁵, se o candidato apoiado pelos partidos do governo era o presidente em exercício (GOVINC), e um termo de interacção, GOVINC * ECONOMIA, que prevemos que produza um efeito positivo.

Por outro lado, porém, não ficamos convencidos com a generalização feita por Samuels e Hellwig desta conclusão a *todos* os regimes semipresidenciais. Não nos parece que os presidentes com poucos poderes, mesmo que sejam os presidentes em exercício a concorrerem com o apoio do governo, sejam responsabilizados pelo desempenho económico, em particular, e pelo desempenho do governo, em geral. Por outras palavras, embora seja possível que os presidentes em exercício da Áustria, da Islândia ou da Eslovénia (para referir os casos com o valor de 0 no nosso índice de poderes presidenciais, PODPRE) possam ser ligeiramente afectados nas suas perspectivas de reeleição por estarem associados a um governo que tenha tido um mau desempenho económico, não é concebível que os eleitores os considerem os verdadeiros «responsáveis político-económicos em exercício». Assim, dividimos novamente a nossa amostra em dois conjuntos — PODPRE < 4 e PODPRE > 3 — e previmos que a responsabilização económica não exista no caso dos presidentes mais fracos.

¹⁵ Quando as eleições se realizaram até ao fim de Junho, utilizámos a percentagem de crescimento do PIB no ano $t-1$; se se realizaram depois de Junho, no ano t (ano das eleições presidenciais). A fonte dos dados referentes ao crescimento do PIB é o Banco Mundial (2005), a partir de 1960, e Maddisson (2003), antes de 1960.

Outras abordagens importantes a considerar são as fornecidas pelas teorias do «voto negativo» e do «equilíbrio». As teorias do voto negativo (ou da «penalização do presidente») sugerem que há um enviesamento negativo contra os presidentes em exercício nas eleições a meio do mandato: «É mais provável que os cidadãos descontentes com o desempenho de um presidente votem contra os candidatos ao Congresso do partido do presidente do que os cidadãos satisfeitos votem por eles» (Kernell, 1977, p. 52). Tal sucede porque as avaliações negativas e as expectativas goradas têm mais relevo e saliência para os eleitores do que as avaliações positivas e as expectativas realizadas (Kernell, 1977; Erikson, 1988). Por outro lado, as «teorias do equilíbrio» prevêm o mesmo tipo de resultado global — penalização do governo — com base em hipóteses diferentes sobre o comportamento dos eleitores. Partem da pressuposição de que os eleitores de ideologia moderada têm uma preferência pelo «governo dividido», ou seja, pelo equilíbrio de poder entre a presidência e o Congresso. Isto sucede porque, enquanto moderados, estão interessados em promover políticas públicas que resultem de compromissos entre as posições dos diferentes partidos que controlam o executivo e a parlamento. Assim, reagem às vitórias de um determinado partido nas eleições anteriores mudando o seu voto por forma a fortalecerem a oposição (Alesina e Rosenthal, 1995)¹⁶.

A generalização dessas teorias a um ambiente comparativo exige-nos, contudo, que abordemos duas questões adicionais. Em primeiro lugar, a aplicabilidade do «voto negativo» ou da hipótese de «equilíbrio» exige a noção de que, tal como no caso da presidência dos Estados Unidos, exista algo parecido com um «presidente em exercício» claramente identificável, que esse presidente tenha uma determinada «posição política» e que essa posição tenha suficientes consequências para se considerar que deva ser «moderada» quando se decide como votar nas eleições legislativas a meio do mandato (nos EUA ou noutros sistemas presidenciais) ou nas eleições presidenciais (nos sistemas semipresidenciais). No entanto, tal como observa Shugart sobre a generalização da hipótese do equilíbrio fora dos Estados Unidos, «o argumento a favor da moderação entre dois partidos relativamente extremos parece funcionar apenas em sistemas nos quais se prevêm regularmente maiorias para um ou outro partido» (Shugart 1995, 329). Por outras palavras, transpondo agora a hipótese para os sistemas semipresidenciais, é provável que a aplicabilidade destas abordagens dependa do facto de

¹⁶ Para os eleitores portugueses, esta hipótese de equilíbrio deverá parecer bastante familiar, uma espécie de generalização do ditado tantas vezes referido e aplicado à diferente filiação partidária dos primeiros-ministros e dos presidentes até 1996: o de que os eleitores não gostam de «pôr todos os ovos no mesmo cesto».

haver um «partido em exercício» e que este detenha o controlo sobre o poder executivo que é proporcionado apenas pelo apoio de uma *maioria absoluta* no parlamento. Ou seja, a busca do equilíbrio no semipresidencialismo deverá resultar, de facto, da existência de executivos apoiados por maiorias absolutas de um único partido.

Em segundo lugar, temos de nos questionar se a vontade do eleitorado em penalizar os presidentes em exercício, através de uma maior mobilização eleitoral contra eles ou da passagem para a oposição com o objectivo de moderar as políticas, tem as mesmas probabilidades em todos os níveis de poder presidencial. Por um lado, segundo a «teoria do equilíbrio», só nos sistemas em que os presidentes têm uma influência significativa na formulação de políticas é que eleitores moderados racionais veriam qualquer vantagem em abandonarem o partido do governo com o fim de obterem políticas equilibradas. Transportando isto para as eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais, o equilíbrio só devia ser provável na eleição de presidentes *poderosos*. Inversamente, tal como sugere Kernell, uma das características das eleições para o Congresso a meio do mandato, que as tornam «particularmente adequadas ao voto negativo», é a «baixa estimulação dos eleitores evidenciada pela menor participação eleitoral geral»: «com menos incentivos adicionais para participar, os efeitos diferenciais do voto negativo na participação eleitoral devem ser especialmente grandes» (Kernell, 1977, p. 62). Por outras palavras, as «penalizações do executivo» em resultado do «voto negativo» devem ser mais prováveis em eleições com poucos estímulos, ou seja, nos nossos casos, eleições para presidentes com menos poderes.

Para testar estas hipóteses incluímos a variável MAIABS, codificada com 1, se o governo conta com o apoio de uma maioria absoluta de um único partido no parlamento na altura das eleições presidenciais, e com 0, nos restantes casos. Se estiver em curso um processo de equilíbrio, devemos esperar que MAIABS tenha um sinal negativo na regressão aplicada ao conjunto de países com presidentes mais poderosos. Em vez disso, se o diferencial de mobilização de «satisfeito» (baixo) e «insatisfeito» (alto) é o que provoca as perdas do governo, devemos esperar que MAIABS tenha um sinal negativo entre o conjunto de países com presidentes menos poderosos. Acrescentamos VOTPART — a percentagem de votos obtida pelos partidos que apoiaram o candidato presidencial do governo nas eleições legislativas precedentes — de forma a introduzirmos um controlo estatístico por factores intrínsecos às eleições anteriores (Anderson e Ward, 1996).

Os resultados das nossas análises podem ser resumidos como se segue. Em primeiro lugar, tal como previsto, as recompensas e as penalizações dos candidatos presidenciais do governo baseadas no desempenho da economia dependem de dois factores: se esses candidatos são os *presidentes em exer-*

cício apoiados pelo governo e se as eleições têm lugar em sistemas semipresidenciais com *presidências fortes*. Estas são, de facto, as condições necessárias para que o candidato do governo seja identificado como o verdadeiro «responsável político-económico em exercício» e, portanto, para que o desempenho económico tenha efeito nas suas possibilidades de obter ganhos ou de registar perdas em relação às eleições legislativas precedentes. Em segundo lugar, independentemente da situação económica e da forma como afecta o voto, os governos de maioria absoluta de um único partido tendem a ser penalizados nas eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais, mas, uma vez mais, apenas quando esses presidentes se inserem na metade superior dos poderes presidenciais. Encontramos, portanto, apoio para a «teoria do equilíbrio». Em sistemas semipresidenciais com presidentes fortes, os eleitores avaliam os presidentes em exercício dos governos unificados com base na economia e penalizam os candidatos do governo apoiados por maiorias absolutas de um único partido.

Explicações das perdas do governo nas eleições presidenciais

*(os valores são coeficientes de regressão linear;
os valores entre parênteses são erros-padrão)*

[QUADRO N.º 6]

| | PODPRE < 3 | PODPRE < 4 |
|--------------------------|---------------------|----------------------|
| Constante | -14,603* (8,292) | -10,107 (10,660) |
| ECONOMIA | 0,707 (0,738) | 1,309 (1,109) |
| GOVINC | 4,448 (5,208) | -11,570 (7,954) |
| GOVINC * ECONOMIA . . | -1,911** (0,886) | 3,490** (1,606) |
| MAIABS | 0,355 (6,699) | -13,069** (6,124) |
| VOTPART | 0,136 (0,136) | 0,087 (0,170) |
| R ² | 0,17 | 0,41 |
| N | 38 | 27 |

***< $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Os resultados para os presidentes mais fracos são menos claros. Por um lado, e sem surpresa, de acordo com a «teoria do equilíbrio», as maiorias absolutas de um único partido, no caso de presidências mais fracas, não suscitam esforços visíveis por parte dos eleitores para penalizarem os candidatos do governo. Por outro lado, o termo de interacção

GOVINC * ECONOMIA é estatisticamente significativo, e esse coeficiente é *negativo*, o que sugere que os candidatos do governo em exercício são penalizados por um desempenho económico *melhor*. Não conseguimos encontrar uma justificação teórica óbvia para este resultado. Não deixa, no entanto, de ser interessante observar que, quando dividimos ainda mais o conjunto de eleições com presidentes mais fracos nos dois grupos de democracias mais antigas e mais recentes, o coeficiente associado a GOVINC * ECONOMIA no primeiro grupo (24 casos) perde rapidamente significado estatístico, ao passo que o conserva no conjunto das democracias mais recentes (mesmo com apenas 14 casos), e o coeficiente estandardizado associado ao termo de interação passa de $-0,61$ em todos os casos de $PODPRE < 4$ para $-0,80$ no subconjunto das democracias «mais recentes». Por outras palavras, este resultado inesperado parece estar restrito às democracias mais recentes, em que já tínhamos detectado um nível mais elevado de instabilidade inerente nas preferências de voto. E, embora não vamos explorar aqui essa hipótese, é importante recordar que os estudos sobre o modelo económico do voto na Europa de Leste — que representam uma grande parte dos nossos casos de democracias mais recentes/presidentes mais fracos — revelaram não só um efeito modesto dos factores económicos na escolha partidária (Harper, 2000), mas também uma tendência para os sucessores comunistas ou os pequenos partidos *beneficiarem* de condições económicas mais débeis, um resultado explicado por uma tendência para a rejeição das forças políticas associadas à reforma económica (Tucker, 2004).

CONCLUSÃO

Iniciámos este artigo com uma pergunta sobre eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: devem elas ser concebidas como eleições de «segunda ordem», como foi pelo menos sugerido por vários autores (van der Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Marsh, 2000; Brug, van der Eijk e Marsh, 2001)? E quais seriam as implicações dessa concepção para a definição do que é um sistema semipresidencial e para a estabilidade e a responsabilização democráticas no semipresidencialismo? A resposta a essas perguntas apresentada nestas páginas é, inevitavelmente, provisória, dado ser uma primeira exploração comparativa do comportamento de voto em sistemas semipresidenciais. No entanto, é possível esboçar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, as eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais com presidentes fortes não correspondem, claramente, ao modelo de segunda ordem. O que Marsh e outros sugerem é que «as eleições para um presidente *fraco* (como na Irlanda)» devem revelar efeitos de segunda ordem (2001, p. 289), não as eleições para um presidente *forte*. As eleições de

presidentes com mais poderes suscitam níveis mais elevados de participação eleitoral quando comparadas com as eleições de presidentes mais fracos e, por vezes, quando comparadas com as próprias eleições legislativas. E os padrões sistemáticos de penalização do governo nas eleições presidenciais correspondem a hipóteses geradas, não a partir do «modelo de segunda ordem», mas a partir de abordagens teóricas cujas hipóteses se baseiam na noção de que os presidentes *são* poderosos e que a sua eleição tem relevo, seja porque são os verdadeiros «responsáveis político-económicos em exercício», seja porque têm poderes suficientes para promoverem a moderação das políticas públicas em face de maiorias monopartidárias. De facto, pode até suceder que os eleitores se comportem como se os «semipresidentes» poderosos tivessem ainda mais poderes do que os chefes do executivo nos sistemas presidenciais. O facto de Shugart não encontrar qualquer apoio empírico para a «teoria do equilíbrio» entre os sistemas presidenciais (Shugart, 1995), mas de nós o encontrarmos nos sistemas semipresidenciais, sugere que o «equilíbrio» pode ser visto como mais crucial para os eleitores no segundo caso do que no primeiro. Isto não seria totalmente surpreendente: em países como a França, Taiwan ou o Peru na década de 80, um presidente que contasse com o apoio de uma maioria absoluta disciplinada no parlamento representava, potencialmente, uma força política mais esmagadora do que, por exemplo, um típico presidente norte-americano, enquadrado num sistema de separação de poderes e sem controlo sobre um partido disciplinado e coeso.

Em segundo lugar, as eleições de presidentes com poderes reduzidos assemelham-se, em certos aspectos, a eleições de «segunda ordem». Exibem níveis menores de participação eleitoral em comparação com as eleições legislativas nacionais de «primeira ordem». E especialmente nas democracias mais antigas e mais estabelecidas — com sistemas partidários mais institucionalizados e padrões estabilizados de comportamento eleitoral — elas reflectem as preferências e as preocupações da arena das eleições legislativas nacionais de «primeira ordem», o que sugere que as predisposições fundamentais e os sinais de identificação e ideologia partidárias proporcionam, também aqui, continuidade entre as eleições legislativas e presidenciais. Contudo, as eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais com presidentes mais fracos afastam-se do modelo de segunda ordem de uma forma fundamental ao não revelarem uma tendência sistemática para a penalização do governo da forma cíclica prevista. Além disso, os padrões de ganhos ou perdas do governo nestas eleições parecem altamente insensíveis ao desempenho económico ou à situação do governo.

Estas descobertas têm várias implicações. Em primeiro lugar, a categoria de «semipresidencialismo», embora devidamente descritiva em termos das suas «propriedades disposicionais» — «um presidente popularmente eleito por

um prazo fixo existe lado a lado com um primeiro-ministro e um executivo que são responsáveis perante o parlamento» —, parece não ter consequências no que diz respeito à participação eleitoral e às escolhas eleitorais. Por outras palavras, a nossa análise favorece a noção de que, pelo menos no que respeita ao comportamento eleitoral, devemos prestar atenção às «propriedades relacionais» e ao estabelecimento de distinções claras no interior do semipresidencialismo, se não mesmo abandonar totalmente a categoria geral.

Em segundo lugar, não existe uma resposta fácil para as consequências do semipresidencialismo em termos de estabilidade e de responsabilização democráticas. Por um lado, os presidentes fortes que se candidatam à reeleição e que contam com uma maioria no parlamento parecem resolver os problemas da responsabilização política, dado que os eleitores parecem prontos a responsabilizá-los pelo desempenho económico. No entanto, por outro lado, os presidentes que contam com maiorias legislativas — se essas maiorias forem maiorias de um único partido — acabam também por ser penalizados pelos eleitores, que parecem ser hostis a uma concentração excessiva de poderes. Isso tem duas consequências possíveis. Por um lado, em nome da «representação» e do «compromisso» na formulação de políticas, os eleitores têm tendência para não favorecerem as condições que maximizam a responsabilização, um velho dilema. Por outro lado, a coabitação entre presidentes poderosos e maiorias absolutas de sinal contrário — uma coabitação que parece ser estrutural e sistematicamente favorecida pelos eleitores — pode dar origem a graves conflitos interinstitucionais, a não ser que normas culturais e regras claras regulem as relações institucionais entre estes órgãos de soberania. Tal como sugerem as alterações constitucionais da década de 80 em Portugal e da década de 90 na Polónia, a única solução para estes conflitos pode mesmo acabar por ser a adopção de reformas constitucionais que levem a que se abandone a «metade superior» da escala de poderes presidenciais.

Porém, as eleições de presidentes com poucos poderes em regimes semipresidenciais continuam a ser um mistério no que diz respeito àquilo que significam, de facto, essas eleições. À partida, pareceria que as reduzidas consequências da filiação partidária do presidente para a governação, para a sobrevivência dos parlamentos ou para a formulação das políticas públicas poderia fazer com que as eleições presidenciais se inserissem no modelo de segunda ordem. No entanto, os nossos resultados sugerem que essas eleições não correspondem, de facto, a esse modelo quando se trata das escolhas de voto. Uma explicação possível é que é precisamente nos casos em que os presidentes são fracos intervenientes institucionais que os partidos do governo e da oposição têm menos motivos para se envolverem num combate aberto sobre quem vai ser o presidente. O reduzido poder político que está em jogo nesses casos parece afastar os obstáculos à formação de «grandes

coligações», envolvendo tanto o governo como a oposição, os grandes partidos e os pequenos partidos, em torno de determinados candidatos, especialmente se esses candidatos forem chefes de Estado em exercício pouco controversos (por serem em grande medida figuras protocolares sem poderes) à procura de reeleição.

Três exemplos retirados de sistemas semipresidenciais em que a presidência se insere na metade inferior da nossa escala de poderes presidenciais de 8 pontos, PODPRE, ajudam a ilustrar este ponto. Nas eleições presidenciais austríacas de Maio de 1980, por exemplo, o facto de o governo ser chefiado por Bruno Kreisky não impediu o SPÖ e o ÖVP, na oposição, de apoiarem a reeleição de Rudolf Kirchschläger, que tinha ganho anteriormente as eleições de 1974 com o apoio exclusivo do SPÖ. De forma semelhante, em Portugal já vimos que a candidatura de Soares à reeleição em 1991 contou com o apoio do PSD, no governo, e dos socialistas, na oposição, apesar do facto de, em 1986, Soares ter ganho umas eleições muito contestadas, apoiado pela esquerda, na oposição, contra o candidato do governo de centro-direita, Freitas do Amaral. E, no caso da Islândia, pode mesmo argumentar-se que os presidentes em exercício tendem a ser apoiados por todos ou quase todos os partidos. Tal resultou (com mais frequência) na ausência total de eleições quando os presidentes em exercício pretendem manter-se em funções ou em situações como as eleições de 1998, em que Vigdís Finnbogadóttir recebeu o apoio tácito de quase todos os partidos quando foi desafiada por um único candidato do Partido Humanista (Sigrún Thorsteinsdóttir) e acabou por obter nada menos do que 94,6% dos votos. Uma indicação de que se pode tratar de um fenómeno mais generalizado é que na nossa amostra há uma correlação estatisticamente significativa entre os poderes da presidência (PODPRE) e a dimensão da coligação partidária que apoiou os candidatos do governo. Essa correlação é negativa e estatisticamente significativa ($-0,28^{**}$), o que sugere que, quanto menos poderes tem a presidência, maior é o apoio partidário aos candidatos do governo.

Isto tem duas implicações. Por um lado, na eleição de um presidente fraco, um cidadão que tenha votado pelos partidos do governo nas eleições precedentes e que queira agora manifestar o seu desagrado votando num candidato presidencial apoiado pela oposição — ou um eleitor anterior de um dos grandes partidos que queira pôr de parte as considerações de ordem estratégica e expressar apoio por um dos partidos mais pequenos — pode concluir que as suas opções são drasticamente limitadas pela oferta política, ou seja, candidaturas apoiadas tanto pelos partidos do governo como da oposição, pelos grandes e pequenos partidos. Por outras palavras, os sistemas semipresidenciais com presidentes mais fracos são aqueles em que o tipo de penalização dos partidos do governo ou de abandono dos grandes partidos da oposição, previstos pelo modelo de segunda ordem, se torna

simultaneamente mais atraente para os eleitores e menos possível de efectivar. Por outro lado, tal como sugerem Brug, Eijk e Marsh (2001), na ausência de sinais claros emitidos pelos partidos e do tipo de combate eleitoral travado segundo as linhas políticas familiares das eleições de primeira ordem, pouco resta aos eleitores para formarem a sua opinião para além das qualidades pessoais dos candidatos ou, no máximo, das suas posições sobre uma multiplicidade de temas com relevo diferente para eleitores diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- AFRICAN ELECTIONS DATABASE (2005), *African Elections Database*, in <http://africanelections.tripod.com/>.
- ALESINA, ALBERTO, e ROSENTHAL, HOWARD (1989), «Partisan cycles in congressional elections and the macroeconomy», in *American Political Science Review*, 83, pp. 373-98.
- AMORIM NETO, OCTÁVIO, e STRØM, KAARE (2002), «Breaking the chain: the impact of presidents in cabinet selection in European parliamentary democracies», comunicação apresentada na Conference on Electoral Reform in Brazil in Comparative Perspective, Rio de Janeiro, 2002.
- ANDERSON, CHRISTOPHER J., e WARD, DANIEL S. (1996), «Barometer elections in comparative perspective», in *Electoral Studies*, 15, pp. 447-460.
- BAYLIS, THOMAS (1996), «Presidents versus prime-ministers: shaping executive authority in Eastern Europe», in *World Politics*, 48, pp. 297-323.
- BLAIS, ANDRÉ (2000), *To Vote or Not to Vote: The Merits and Limits of Rational Choice Theory*, Pitsburgo, University of Pittsburgh Press.
- BRUG, WOUTER VAN DER, EIJK, CEES VAN DER, e MARSH, MICHAEL (2001), «Exploring uncharted territory: the Irish presidential elections 1997», in *British Journal of Political Science*, 30, pp. 631-650.
- CARRUBA, CLIFF, e TIMPONE, RICHARD J. (2005), «Explaining vote-switching across first-and second-order elections», in *Comparative Political Studies*, 38, pp. 260-281.
- CARTER CENTER (2002), *Postelection Statement on Mali Elections, May 7, 2002*, in <http://www.cartercenter.org/doc522.htm>.
- DUVERGER, MAURICE (1980), «A new political system model: semi-presidential government», in *European Journal of Political Research*, 8, pp. 165-187.
- DUVERGER, MAURICE (1997), «The political system of the European Union», in *European Journal of Political Research*, 31, pp. 137-146.
- EIJK, CEES VAN DER, e FRANKLIN, MARK (eds.) (1996), *Choosing Europe? The European Electorate in the Face of Unification*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- EIJK, CEES VAN DER, FRANKLIN, MARK, e MARSH, MICHAEL (1996), «What voters teach us about Europe-wide elections: what Europe-wide elections teach us about voters», in *Electoral Studies*, 15, pp. 149-166.
- ELECTION GUIDE (2005), *Election Guide*, in <http://www.electionguide.org/>.
- ELECTION RESULTS ARCHIVE (2005), *Election Results Archive*, in <http://cdp.binghamton.edu/era>.
- ELECTION WORLD (2005), *Elections around the World*, in <http://www.electionworld.org/>.
- ELGIE, ROBERT (1988), «The classification of democratic regime types: conceptual ambiguity and contestable assumptions», in *European Journal of Political Research*, 33, pp. 219-238.
- ELGIE, ROBERT (1999), «The politics of semi-presidentialism», in Robert Elgie (ed.), *Semi-presidentialism in Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- ELGIE, ROBERT (2004), «Semi-presidentialism: concepts, consequences and contesting explanations», in *Political Studies Review*, 2, pp. 314-330,

- ERICKSON, ROBERT S. (1988), «The puzzle of midterm loss», in *Journal of Politics*, 50, pp. 1011-1029.
- FERRARA, FEDERICO, e WEISHAUP, J. TIMO (2004), «Get your act together: party performance in European Parliament elections», in *European Union Politics*, 5, pp. 283-306.
- FRANKLIN, MARK (2002), «The dynamics of electoral participation», in Lawrence LeDuc, Richard G. Niemi e Pippa Norris (eds.), *Comparing Democracies*, 2, Londres, Sage.
- FREEDOM HOUSE (2004), «Freedom House country ratings», in <http://www.freedomhouse.org/ratings/allscore04.xls>.
- FREIRE, ANDRÉ (2004), «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal», in *South European Society & Politics*, 9, pp. 54-79.
- FRYE, TIMOTHY (1997), «A politics of institutional choice: post-communist presidencies», in *Comparative Political Studies*, 30, pp. 523-552.
- HARPER, MARCUS A. G. (2000), «Economic voting in postcommunist Eastern Europe», in *Comparative Political Studies*, 33, pp. 1191-1227.
- IDEA (2005), *International IDEA Voter Turnout Website*, in <http://www.idea.int/vt/index.cfm>.
- JEFFERY, CHARLIE, e HOUGH, DANIEL (2001), «The electoral cycle and multi-level voting in Germany», in *German Politics*, 10, pp. 73-98.
- JONES, MARK P. (2004), «Electoral institutions, social cleavages, and candidate competition in presidential elections», in *Electoral Studies*, 23, pp. 73-106.
- KERNELL, SAMUEL (1977), «Presidential popularity and negative voting: an alternative explanation of the midterm congressional decline of the president's party», in *American Political Science Review*, 71, pp. 44-66.
- LANE, JAN-ERIK, MCKAY, DAVID, e NEWTON, KENNETH (1997), *Political Data Handbook*, Oxford, Oxford University Press.
- LEWIS-BECK, MICHAEL S., e STEGMAIER, MARY (2000), «Economic determinants of electoral outcomes», in *Annual Review of Political Science*, 3, pp. 183-219.
- LINZ, JUAN J. (1994), «Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference?», in Juan J. Linz e Arturo Valenzuela (eds.), *The Failure of Presidential Democracy*, vol. 1, *Comparative Perspectives*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- MACKIE, THOMAS T., e ROSE, RICHARD (1991), *The International Almanac of Electoral History*, Londres, MacMillan.
- MAINWARING, SCOTT P. (1999). *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*, Stanford, Stanford University Press,
- MAINWARING, SCOTT P. e TORCAL, MARIANO (2005). «Party system theory and party system institutionalization after the third wave of democratization», comunicação apresentada no Seminário de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- MARSH, MICHAEL (1998), «Testing the second-order election model after four European elections», in *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.
- MARSH, MICHAEL (2000), «Second-order elections», in Richard Rose (ed.), *International Encyclopedia of Elections*, Londres, MacMillan.
- MARSHALL, MONTY G., e JAGGERS, KEITH (2004), *Polity IV: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2003*, in <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/polity/>.
- MCLEAN, IAN, HEATH, ANTHONY, e TAYLOR, BRIDGET (1996), «Were the 1994 euro and local elections in Britain really second-order? Evidence from the British election panel study», in David M. Farrell et al. (eds.), *British Elections and Parties Yearbook 1996*, Londres, Frank Cass.
- METCALF, LEE KENDALL (2000), «Measuring presidential power», in *Comparative Political Studies*, 33, pp. 660-685.
- REIF, KARLHEINZ, e SCHMITT, HERMANN (1980), «Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results», in *European Journal of Political Research*, 8, pp. 3-44.
- REIF, Karlheinz (1984), «National electoral cycles and European elections 1979 and 1984», in *Electoral Studies* 3, pp. 244-255.

- ROPER, STEVEN D. (2002), «Are all semipresidential regimes the same? A comparison of premier-presidential regimes», in *Comparative Politics*, 34, pp. 263-272.
- SAMUELS, DAVID, e HELLWIG, TIMOTHY (2004), «Democratic Regimes and Accountability for the Economy in Comparative Perspective», policopiado.
- SAMUELS, DAVID (2004), «Presidentialism and accountability for the economy in comparative perspective», in *American Political Science Review*, 98, pp. 425-436.
- SCHLEITER, PETRA, e MORGAN-JONES, EDWARD (2005), «Semi-presidential regimes: providing flexibility or generating representation and governance problems?», Center for the Study of Democratic Government paper n.º 01/Janeiro.
- SCHMITT, HERMANN (2005), «As eleições para o Parlamento Europeu de 2004: ainda de segunda ordem», in *Análise Social*, vol. XL n.º 177.
- SHUGART, MATTHEW S., e CAREY, JOHN M. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SHUGART, MATTHEW SOBERG (1995), «The electoral cycle and institutional sources of divided government», in *American Political Science Review*, 89, pp. 327-343.
- SIAROFF, ALAN (2003), «Comparative presidencies: the inadequacy of the presidential, semi-presidential and parliamentary distinction», in *European Journal of Political Research*, 42, pp. 287-312.
- TUCKER, JOSHUA (2004), «Transitional economic voting: economic conditions and election results in Russia, Poland, Hungary, Slovakia, and the Czech Republic from 1990-1999», comunicação apresentada no encontro anual de 2004 da American Association for the Advancement of Slavic Studies, Boston, MA.
- TUFTE, EDWARD R. (1975), «Determinants of the outcomes of midterm congressional elections», in *American Political Science Review*, 69, pp. 812-826